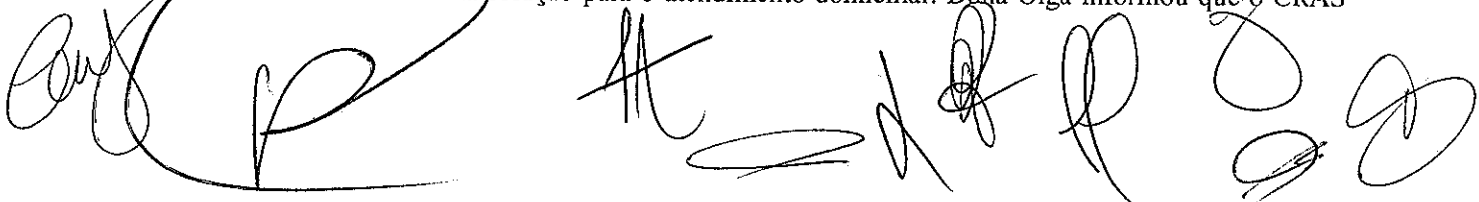


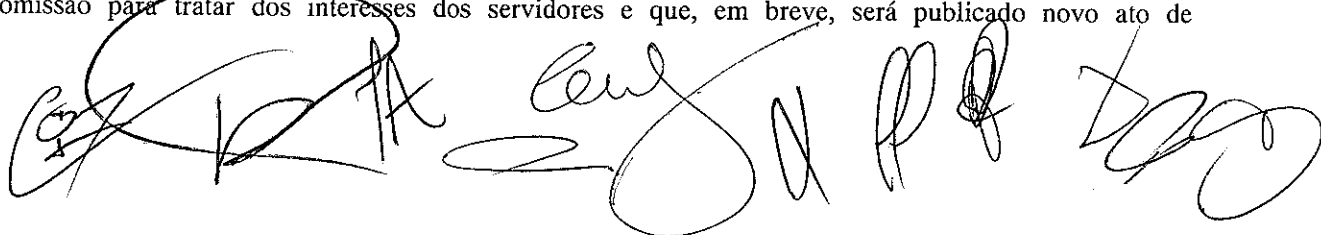
ATA DA 274ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012

Aos nove dias do mês de março do ano dois mil e doze, na sala de reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os (as) Conselheiros (as): José Moacyr Doretto Nascimento, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Franciane de Fátima Marques, Luis Cesar Rossi Francisco, Marcia Regina Garutti, Denise Nakano Veronezi, Fabiana Botelho Zapata, Bruno Diaz Napolitano, Pedro Antonio de Avellar, Carolina Melo Teubl Gagliato, substituindo a Conselheira Luciana Zaffalon Leme Cardoso e, representando a Apadep, Rafael Valle Vernaschi. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Juliana Garcia Belloque e Antonio José Maffezoli Leite. Deu-se início a sessão às 09h40min. O presidente encaminhou a ata da 273ª sessão ordinária para aprovação. Aprovada por unanimidade. Informou que, esta semana, através do DRH, foi encaminhado aos Defensores Públicos e Servidores o demonstrativo de rendimentos relativo ao exercício de 2011 e também disponibilizado no Portal da Defensoria. Informou também que esteve no Rio de Janeiro firmando contrato com a Casa da Moeda, por intermédio do Condege – Colégio Nacional de Defensores Gerais, para a confecção das novas carteiras funcionais dos Defensores Públicos, o que se dará em prazo não tão breve, em razão da necessidade de coleta de dados dos defensores através dos equipamentos que serão disponibilizados pela própria Casa da Moeda. Relatou a visita de cortesia ao Presidente do Tribunal de Justiça para parabenizá-lo pela assunção à Presidência e tratar de assuntos pendentes entre a Defensoria e aquele Órgão, tais como, disponibilização de espaço em fóruns pelo Estado (salas novas e eventuais reformas), emissão de certidões eletrônicas a fim de agilizar o processamento das nomeações e pagamentos de advogados dativos. Também tratou-se da situação do regime semi-aberto no Estado e a necessidade de uma força-tarefa para a progressão de regime e liberação de vagas. Debateu-se, ainda, sobre o Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça, estabelecendo a conciliação como uma etapa obrigatória, e sobre uma solução para o depósito de fianças em plantões judiciais, nos quais, impropriamente, os juízes nomeiam os Defensores como depositários. Discutiram a necessidade de buscar soluções para lidar com o convênio OAB/SP, dentre as quais, o cadastramento de Advogados pela Defensoria Pública, prática que exige uma junção de sistemas. Passou-se ao momento aberto. O Presidente abriu a palavra aos inscritos. A Sra. Olga Quiroga, vice-presidente do Conselho Municipal do Idoso, informou que o Conselho que integra é consultivo e não deliberativo, o que dificulta sua atuação frente às denúncias que recebem com relação a agressões contra os idosos e outras violações de direitos. Pleiteou o estreitamento das relações entre o Conselho e a Defensoria Pública, a despeito do já existente com o Núcleo Especializado do Idoso e da Pessoa com Deficiência, e salientou a importância da instituição oferecer um curso de capacitação aos Conselheiros. O Presidente franqueou a palavra ao Sr. Hugo, estagiário do Conselho, que trouxe o caso de uma idosa com mobilidade reduzida, obrigada a morar com uma sobrinha em local incompatível a sua condição. Relatou que, passados cinco anos, ela resolveu retornar ao seu imóvel, oportunidade em que viu que o mesmo havia sido invadido e readequado. Informou que, hoje, juntamente com a idosa, outras cinco famílias residem no local. Diante disso, solicitou que a Defensoria Pública promovesse a visitação da idosa, bem como a verificação do que pode ser feito em seu benefício. Nessa linha, propôs a implantação de um sistema de atendimento a domicílio de pessoas com mobilidade reduzida ou nenhuma. O Presidente informou que verificará a possibilidade da Edepe, em conjunto com o Núcleo, promover um curso de capacitação aos Conselheiros. Ademais, disse que irá oficiar o Município reivindicando que a Defensoria tenha um assento no órgão. Em resposta à solicitação de Hugo, salientou que o próprio Núcleo do Idoso já havia destacado a necessidade da Defensoria realizar atendimentos a domicílio, mas que, infelizmente, neste momento, não seria possível estabelecer um programa por razões estruturais. Por fim, pediu que fossem informados, à Secretaria, os contatos da idosa para que, mesmo sendo de forma pontual, a Defensoria possa auxiliá-la através do Núcleo Especializado e da Segunda Subdefensoria Pública. Comprometeu-se em refletir sobre a situação na tentativa de encontrar uma solução para o atendimento domiciliar. Dona Olga informou que o CRAS

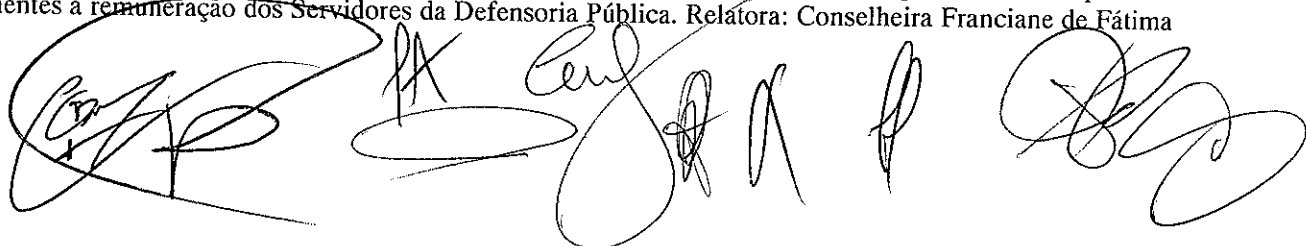


6

faz atendimento Municipal e que a Defensoria poderia trabalhar em parceria. O Presidente sugeriu que o CAM, da Defensoria Pública, inicie o atendimento como uma alternativa. O Presidente abriu a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro José Moacyr informou que em Campinas há um sistema de atendimento de acessibilidade e sugeriu que a Defensoria Pública reivindicasse, junto ao poder público, o fortalecimento dos programas de prefeituras que conduzam os idosos e deficientes para equipamentos públicos. O Conselheiro Bruno informou que, em São Paulo, a Portaria tem requisitos complicados e dá preferência ao atendimento a Saúde e Educação. A Conselheira Fabiana informou que o CRAS e o CREA estão estruturando Núcleos de Apoio Jurídico e sugeriu que a Assessoria Técnica Psicossocial estabelecesse um fluxo de trabalho junto a esses, a fim de que a instituição fosse informada diante da necessidade de um atendimento a domicílio. O Conselheiro Bruno sugeriu que o Núcleo verifique se já há, no âmbito municipal, um sistema para este atendimento. O Presidente passou a palavra ao Defensor Público Marcos Vinicius, lotado na Regional Criminal, que esteve na sessão para relatar que a prerrogativa da inamovibilidade estaria sendo ferida na Unidade Varas Singulares, bem como trazer a lume as dificuldades encontradas nos casos de substituição de afastamentos perenes, quando o ideal seria ter um defensor itinerante. Disse ainda que, na próxima semana, irá oficialiar à Comissão de Prerrogativa e consultar a Corregedoria-Geral sobre a possibilidade de recusa quanto ao deslocamento. Por fim, expôs seu receio quanto à possibilidade que o mecanismo de mobilidade seja utilizado para punir o Defensor em razão de alguma manifestação ou posicionamento. O Presidente, inicialmente, relatou que concordava com a premissa, entendendo fundamental o incremento do número de Defensores itinerantes, que poderão substituir os afastamentos perenes. Contudo, destacou que a ausência desse mecanismo no atual momento não pode importar na paralisação do serviço público e que as prerrogativas, inclusive da inamovibilidade, não são absolutas e devem observar a finalidade para a qual foram concebidas. Disse, ainda, que a mobilidade do Defensor deve estar restrita à Unidade em que está classificado, sempre em caráter excepcional e de forma fundamentada diante do interesse público envolvido. Por fim, afirmou sua contrariedade à hipótese ventilada, destacando que jamais houve na instituição qualquer designação ou movimentação do Defensor baseada em represália por seu posicionamento. A Conselheira Denise Nakano disse que, no caso concreto, os deslocamentos foram realizados em consideração ao bom desenvolvimento dos trabalhos pelos Defensores e que o mecanismo foi implementado após reuniões abertas realizadas na própria regional, para as quais foram convidados todos os colegas. Explicou que o objetivo da medida seria o menor transtorno possível, diante da impossibilidade de designação de outros itinerantes. Salientou que não há nenhum problema em rever a posição estabelecida e que se dispunha a comparecer novamente à regional para debater com os colegas outras possibilidades que impeçam esse deslocamento. A Conselheira Franciane opinou que a premissa para afastamento definitivo é a importância da função e que a questão trazida não é corporativismo e sim excesso de trabalho. Acrescentou como solução o aumento de Defensores itinerantes. O Conselheiro Luís Cesar Francisco disse que os problemas acarretados pela falta de Defensores itinerantes ocorrem em todo o Estado e deu exemplo da unidade São José dos Campos, onde uma Defensora entrará em licença maternidade. Para ele, é preciso buscar soluções de gestão. O Conselheiro José Moacyr opinou que o tema da inamovibilidade deve voltar a ser discutido pelo Colegiado e não pode ser considerado como corporativismo ou privilégio. Disse ainda que essa prerrogativa não pode ceder ao interesse público e, se assim o fosse, a legislação deveria indicar a quem cabe interpretar quais são esses interesses. O Presidente da Apadep, Rafael Vernaschi, disse que o ideal é a substituição por Defensores itinerantes. Acrescentou que é preciso potencializar a administração superior, mas sem causar problemas às unidades. O Conselheiro Octávio Bueno salientou que é preciso que esse tema seja normatizado, buscando a adoção da mesma regra que existe em outras carreiras. O Presidente franqueou a palavra ao oficial da Defensoria Valter Hugo Bergmann, do Plantão Família Central, que informou aos Conselheiros a iminente criação de uma associação de Servidores. Disse que espera o auxílio da Administração Superior e da Apadep para que ambos forneçam subsídios para a constituição da associação. Ademais, trouxe pleitos como aumento do valor do vale refeição, promoção de servidores que já atingiram três anos, instituição de gratificação, realização de concursos de remoção para os agentes, entre outros. O Presidente prestou informações sobre o ato DPG que foi publicado abrindo a Comissão para tratar dos interesses dos servidores e que, em breve, será publicado novo ato de

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature that appears to be 'C. A.', followed by a signature that looks like 'L. C. F.', then a signature that resembles 'R. V.', and finally a signature that looks like 'O. B.'. There are also some smaller, less distinct marks and initials scattered around these main signatures.

formalização. Não havendo mais inscritos, passou-se a manifestação dos conselheiros. A Conselheira Franciane informou que se reuniu com um grupo de Servidores para tratar da proposta de formação de Grupo de Trabalho para estudo de questões atinentes à remuneração dos Servidores da Defensoria Pública, do qual é relatora e foi informada que a instituição do Grupo de Trabalho seria desnecessária, uma vez que a Comissão de Valorização dos Servidores já atende aos anseios da classe. Pediu urgência na regulamentação do processo de promoção dos Servidores que já possuem três anos na carreira, bem como que sejam iniciadas as tratativas relativas ao aumento do valor do vale refeição. Informou, ainda, que foi procurada por integrantes do CNJ para que a Defensoria participasse de um evento em virtude das comemorações do mês da mulher onde serão distribuídas cartilhas e outros materiais gráficos. O Presidente da Apadep parabenizou o servidor Valter pela iniciativa e colocou a Apadep à disposição. O Conselheiro Luis Cesar relatou sua visita nas regionais de São José dos Campos e Taubaté. A Conselheira Márcia posicionou-se favorável às reivindicações dos Servidores, porém, ponderou o uso do e-mail oficial para discutir o tema, ressaltando que algumas mensagens enviadas possuíam conteúdo inapropriado para essa via institucional de comunicação, sem a observância da política de uso dos recursos de informática já editada, oportunidade em que sugeriu que fosse criado um grupo não oficial para essa comunicação, a exemplo do criado pelos Defensores Públicos. O Presidente destacou que a fala da Corregedora-Geral não é no sentido de cerceamento do direito de falar com a Defensoria Geral e acrescentou que há canais corretos para tanto. O Servidor informou que solicitou ao DRH informações pessoais dos servidores visando contato, o que lhe foi negado. A Conselheira Márcia informou que, primeiramente, deve haver a permissão por parte dos servidores. O Conselheiro Pedro fez menção sobre a Deliberação CSDP 111. O Conselheiro Bruno parabenizou o evento realizado pelo Núcleo Especializado de Promoção dos Direitos da Mulher e manifestou-se sobre o cadastro de advogados pela Defensoria Pública, acreditando que a mediação deva ser feita como provimento do Tribunal, visto que a lei de alimentos já prevê, mas com perfil de audiência de conciliação, com o objetivo de manter pautas com um advogado para realizar inúmeras conciliações por dia. Questionou ainda a possibilidade de concurso de remoção em virtude da vacância de um cargo de Defensor por aposentadoria. O Presidente informou que a Administração Superior está estudando a melhor forma para realizar o cadastramento direto e pediu para que o tema fosse retomado na próxima sessão. A representante da Ouvidoria-Geral, Carolina Melo Teubl Gagliato, relatou o quão positivo foi o evento de planejamento produtivo realizado no Dia das Mulheres. O Conselheiro Octavio parabenizou os responsáveis pelo evento do dia das mulheres e salientou que a prerrogativa de inamovibilidade deve ser respeitada. O Presidente concordou com o respeito à prerrogativa, mas reiterou sua posição de que ela não possui caráter absoluto. A Conselheira Denise parabenizou as Defensoras envolvidas pela iniciativa e disse que já contactou a Coordenadoria de Comunicação para que seja realizada a divulgação do evento. Não havendo mais comunicações por parte dos conselheiros, passou-se a ordem do dia. CSDP nº 354/11. Interessados: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08(que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselheiro Bruno leu o voto vista. Vista concedida a Conselheira Luciana Zaffalon Leme Cardoso. CSDP nº 007/12. Interessados: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08(que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselheiro Bruno solicitou prorrogação do prazo de vista para elaborar o voto. Concedida prorrogação do prazo de vista ao Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O relator leu o voto de acolhimento, com alterações. Vista concedida ao Conselheiro Pedro Antonio de Avellar por 03 sessões ordinárias. CSDP nº 1129/09. Interessado: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O Conselho Superior deliberou prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/11. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de formação de Grupo de Trabalho para estudo de questões atinentes à remuneração dos Servidores da Defensoria Pública. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima

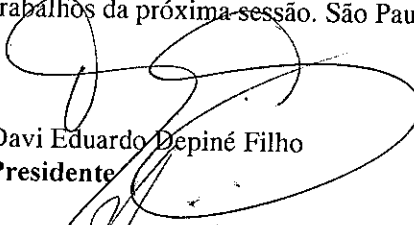


Handwritten signatures of the council members, including the relator Conselheira Franciane de Fátima and other members.


Marques. A relatora leu o voto. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, não acolher a proposta. CSDP nº 122/12 (Excetuado à pauta). Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura do VII Concurso Público de Provas e Títulos para seleção de Estagiários de Direito da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o Edital de abertura de inscrições. Deliberou, ainda, aprovar os componentes da Banca Examinadora. CSDP nº 350/11. Interessada: Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (maio de 2011 a novembro de 2011). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 134/11. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 109/08 (regulamenta a gratificação pelo exercício). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/11. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 198/10 (Disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (primeiro e segundo semestre de 2011). Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 005/12. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação que torna facultativa a contribuição, para membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 006/12. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 38/07, que estabelece normas gerais para os Regimentos Internos dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Antonio Maffezoli Leite. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 008/12. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (1º semestre de 2011). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 009/12. Interessado: Jose Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentar a indicação da Diretoria da Escola da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 014/12. Interessado: Rafael Bessa Yamamura. Assunto: Remoção por união de cônjuges. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 010/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2011. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, no que tange aos processos abaixo listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 011/12. Interessada: Raquel Freitas de Souza. CSDP nº 012/12. Interessado: Gediel Claudino de Araujo Junior. CSDP nº 013/12. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. CSDP nº 016/12. Interessado: Noadir Marques da Silva Junior. CSDP nº 024/12. Interessada: Vania Pereira Agnelli Sabin Casal. CSDP nº 025/12. Interessada: Ana Paula Kayamori de Oliveira. CSDP nº 040/12. Interessada: Patricia Malite Imperato. CSDP nº 096/12. Interessado: Fabricio Feres Furlan. Assunto: Remoção por união de cônjuges. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 009/10. Interessado: Fernando Catache Borian. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 016/10. Interessado: Patrick Lemos Cacicedo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. O Conselho Superior

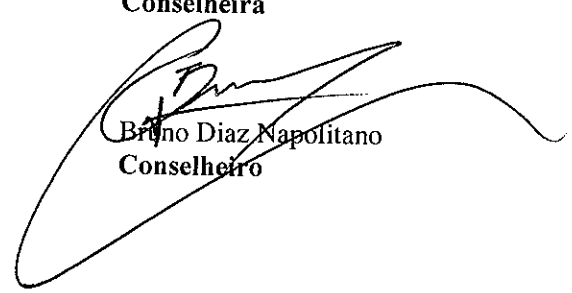
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

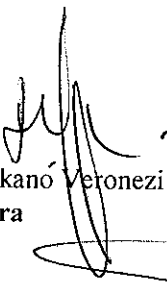
deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 041/10. Interessada: Danielle Cristina Uemura. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 028/10. Interessada: Fabiana Julia Oliveira Resende. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 003/10. Interessada: Ana Carolina de Paula Machado. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 002/10. Interessado: Julio Grostein. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 013/10. Interessado: Fabricio Bueno Viana. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 080/11. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 043/10. Interessado: Rafael Soares da Silva Vieira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 046/10. Interessado: Luiz Fernando Baby Miranda. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 030/10 (Excetuado à pauta). Interessado: André Vicente Gazal. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 026/10. Interessado: Ricardo Lobo da Luz. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 029/10. Interessado: Andre Cadurin Castro. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 023/10. Interessada: Luciana Angelo Almeida Santos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Eu, Andrea Silva Britto, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos nove dias do mês de março do ano de 2012.

  
Davi Eduardo Depiné Filho  
Presidente


  
Fabiana Botelho Zapata  
Conselheira

  
Márcia Regina Gajutti  
Conselheira

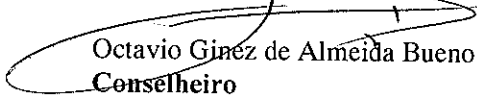
  
Bruno Diaz Napolitano  
Conselheiro



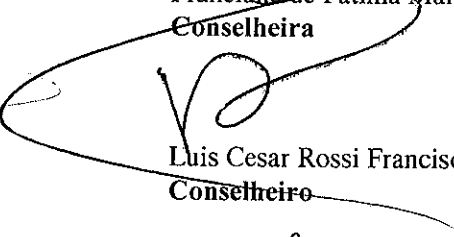
Denise Nakano Veronezi  
Conselheira



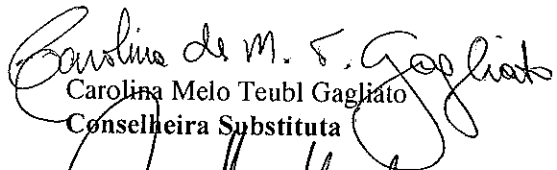
Franciane de Fátima Marques  
Conselheira




Octavio Ginez de Almeida Bueno  
Conselheiro



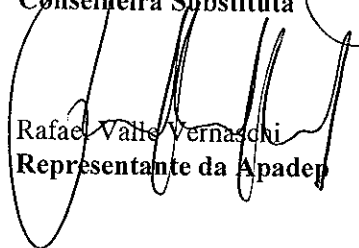
Luis Cesar Rossi Francisco  
Conselheiro



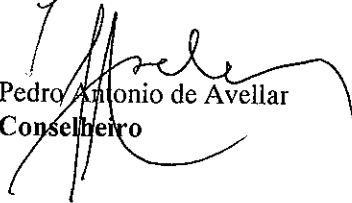
Carolina Melo Teubl Gagliato  
Conselheira Substituta



José Moacyr Doretto Nascimento  
Conselheiro



Rafael Valle Vernaschi  
Representante da Apadep



Pedro Antonio de Avellar  
Conselheiro